

A EDUCAÇÃO: DA IDADE MÉDIA ÀS HUMANIDADES NOS DIAS DE HOJE

Maria da Graça C. LISBÔA
UERJ - Estácio de Sá - Nuno Lisbôa

RESUMO

Após examinar a importância das universidades para a formação e o desenvolvimento do homem, Maria da Graça Lisboa aborda a importância das ciências humanas no Brasil contemporâneo, para o desenvolvimento da democracia.

RÉSUMÉ

C'est d'après l'examen de l'importance des universités pour la formation et le développement de l'homme, que Maria da Graça Lisboa envisage l'importance des sciences humaines dans le Brésil contemporain, pour le développement de la démocratie.

A Universidade surgiu na Idade Média com o nome de Studium, graças ao prestígio que alcançaram com o decorrer dos tempos, no fim do Século XII, algumas escolas ou Studia passaram a permitir que aqueles que nela se formassem pudessem lecionar em qualquer outro lugar. Com isso ganharam o nome de.. "Studia Generalia", tal palavra significava faculdade ou conjunto de corpos de ensino que formavam a Universidade.

Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, a origem das Universidades remonta aos primeiros séculos da era cristã, quando já existiam escolas superiores em Constantinopla, Beirute e Alexandria em funcionamento regular até a Idade Média.

Com o surgimento das Universidades, o saber foi colocado ao alcance do maior número de pessoas e o conhecimento

levado ao universalismo proporcionava uma nova dimensão de vida. A corporação de mestres e alunos engrandecia o homem e valorizava o seu espírito.

A partir do século XV, floresceram Universidades em grande parte da Europa, graças a ação cultural da Igreja. Dentre elas, citam-se Bolonha, Pádua, Pávia, Ferrara na Itália, Montpellier, Toulouse, Paris, Orleans, Poitiers na França, Salamanca, Valladolid na Espanha, Coimbra em Portugal, Oxford e Cambridge na Inglaterra.

O Brasil, descoberto em 1500, começa seu processo educacional em 1549, quando aqui chegaram os jesuítas, que sem dúvida, ofereceram um contribuição excepcional.

Os jesuítas tudo faziam para a "Maior Glória de Deus". Desse modo, foram convertendo os índios e catequizando os colonos que aqui chegavam.

Num segundo momento, vão promover uma educação baseada no conhecimento das humanidades e fundamentada no modelo europeu marcado pela cultura Greco-Romana.

A cultura humanística será o modo de ser um bom cristão. No curso médio estudavam segundo a "Ratio Studiorum" que proporcionava o conhecimento das letras, da Filosofia e da Teologia, sob a égide da Escolástica. Tinham ainda a disciplina como um dos seus grandes valores, o que era de serventia para a educação.

No "Ratio Studiorum" aprendia-se a valorização das Humanidades superiores, valorizando a arte, a imaginação, a inteligência e a razão. O que lhes dava uma possibilidade de se expressarem com exatidão.

A partir de 1580, outras ordens religiosas se introduziram no Brasil: os franciscanos, os carmelitas e os beneditinos, mas não estavam como os jesuítas inteiramente vocacionadas para a educação.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal, sob a ordem do Marquês de Pombal, Ministro de rei D. José I. A partir daí inicia-se a decadência do ensino.

Em 1772, começa por um Alvará real o restabelecimento das primeiras letras, da gramática, do latim e do grego. Foi criado um imposto denominado "subsídio literário" com a finalidade de manter o ensino primário e médio. Verifica-se que, a partir daí, existirá uma interferência do Estado que ocorrerá não só na manutenção do ensino como na administração das escolas primárias e secundárias.

A vida na colônia, fruto de um sistema patriarcalista, absorve hábitos de vida de Portugal.

Antonio Paim em seu livro "A Querela do Estatismo" nos mostra que a compreensão da realidade do patrimonialismo luso-brasileiro é uma conquista para encarar o processo político-social brasileiro.

Foi Pombal quem deu a componente modernizadora ao patrimonialismo português através das reformas que implantou em Portugal, retirando-o do atraso intelectual em relação aos demais países da Europa. Para Pombal a "Ratio Studiorum", a escolástica, o método de ensinar dos jesuítas mantinham Portugal mergulhado num atraso intelectual muito grande em relação aos demais países europeus. Para conseguir retirá-lo do atraso era preciso retirar primeiro os jesuítas do poder, da vida econômica, social e política. Para tanto, tornou-se necessário expulsá-los em 1759.

Adolpho Crippa diz, em seu artigo "O conceito de filosofia na época pombalina", que a reforma pombalina é mais uma exigência do espírito científico da época do que fruto de um prolongamento debate de pensadores. Tal debate não existiu por restrições impostas pelas leis então vigentes, que por influência da escolástica dominante".

O empirismo foi a fonte para a modernidade. Bacon, Hobbes, Locke, Berkeley e Hume seriam os autores da Nova teoria do conhecimento, o empirismo. Em todos eles encontrar-se-á a afirmação de que o conhecimento não se origina no sujeito ignorante que diante da realidade seria receptáculo vazio. As idéias, as sensações são as bases de todo o conhecimento e chegam à inteligência pelos sentidos.

Foi o seminário de Olinda, o germe da universidade reformada de Coimbra por Pombal que procurou equilibrar a educação literária dos jesuítas com a cientificista de Pombal. Ensinava-se gramática, latim, retórica, grego, francês, ciências, matemática e ciências físicas e naturais.

O seminário de Olinda foi o centro irradiador de idéias liberais no Brasil.

Em 1777, morre D. José I. Sucede-o no trono D. Maria I que tenta pôr fim as idéias implantadas por seu antecessor, e faz o fenômeno conhecido como a "Viradeira", que se traduz a intenção de acabar com a obra feita por Pombal. Entretanto, por estar bem alicerçada, a obra de Pombal não é destruída por D. Maria I.

Sucede-a D. João VI. Quando este muda a corte para o Brasil, o ensino superior vai adquirir nova feição.

A educação superior, que era feita na Europa, continuar a ser feita lá onde o iluminismo aflora, e as idéias iluministas chegam ao Brasil pelos livros e pelos jovens que iam estudar em Coimbra e Paris.

Com D. João VI vão criar-se as primeiras escolas isoladas que não são universidades. Seguindo o modelo Francês de ensino, que Napoleão pregou, são escolas meramente profissionalizantes. Nessa época perde-se a idéia de universidade.

As escolas criadas por D. João VI tinham curso eminentemente prático, visavam formar o profissional em Medicina, Engenharia e Oficiais Militares com a intenção de desenvolver a Colônia.

As idéias do século XIX trazem no seu bojo a renovação cultural vinda da Revolução Francesa e Americana. Soma-se a elas a presença dos jovens brasileiros que estudavam em Montpellier, Paris e Coimbra. Tais idéias manifestadas no Seminário de Olinda se difundiram e assistiu-se à Revolução Pernambucana em 1817.

A instrução elementar era feita nas províncias, mas grande parte da população ficava de fora das escolas.

O ensino secundário era ministrado no Colégio Pedro II ou em aulas avulsas.

Surge em 1870 uma nova forma de ensino com os Colégios protestantes. A Escola Americana em São Paulo, o Colégio Mackenzie e outros, que dado o pequeno número de alunos que o freqüentavam, não chegaram a exercer influência no sistema educacional brasileiro.

Com o apoio do governo surgem as primeiras escolas privadas. Saliente-se, entretanto, que haverá grande diferença entre os dois sexos e à mulher será atribuída a educação doméstica.

Nos anos de 1840, o ecletismo desponta como corrente filosófica importada da França, que será a primeira corrente filosófica estruturada no Brasil.

Será ela a filosofia condutora para os problemas políticos do segundo reinado. Seus principais representantes foram: Domingos Gonçalves de Magalhães, Mont'Alverne e Ferreira França, e na França, Maine de Biran e Victor Cousin.

Ao chegarmos ao ano de 1870, uma nova corrente filosófica vinda da França penetra no pensamento da intelectualidade brasileira: o Positivismo.

O positivismo, foi criado por Augusto Comte originário de Montpellier, França.

Teve o positivismo o poder de desenvolver o cientificismo que trazia no seu bojo aliado o cientificismo Pombalino, acrescido de sua parte religiosa e espiritual. Penetrou no Colégio Pedro II, na Escola Normal, Escola Politécnica, Academia Militar, Academia de Medicina.

O Rio de Janeiro foi o centro irradiador do saber positivista através de seus Clubes, Bibliotecas e Salões de Conferências.

Em 1889, deu-se a Proclamação da República e com a Constituição de 1891 que sofreu nitidamente influência positivista, tivemos a separação da Igreja do Estado. Ocorre que dois problemas serão o cerne da questão: o problema religioso e o da fundamentação de moral.

Vai ocorrer a liberdade religiosa e a laicização da escola pública mantendo-se livre o funcionamento das escolas confessionais. A Igreja sofrerá um processo de renovação.

A moral não poderá ser exercida somente pelo ensino científico então o governo entende tal fato e surge um tácito acordo entre o Poder Temporal, Poder Espiritual e o ecletismo.

Padre Júlio Maria, influenciado pela linha renovadora do Papa João XIII combatendo o indiferentismo, o laicismo, o positivismo, o naturalismo e a idéia de unir a Igreja ao povo já esta não era mais ligada ao Estado.

Em se falando em idéias educacionais, não se pode deixar de falar do catolicismo e da influência que ele teve na educação no Brasil. Verifica-se que o positivismo terá grande influência nas idéias educacionais até o ano de 1922, quando se funda o Centro D. Vital e faz-se a publicação de seus livros e revistas.

Entretanto é na República Velha (1890/1930) que o positivismo se firma como corrente de pensamento filosófico. Para os positivistas o poder vem do saber. É sobre essa influência do positivismo o Colégio Pedro II modifica seu currículo passando a ministrar as ciências conforme a ordem positivistas: matemáticas, astronomia, física, química, história natural, biologia, sociologia e moral, põem fim ao estudo da retorica e da filosofia.

A filosofia positivista foi, então, aparecer nas Reformas Educacionais "Benjamim Constant e Rivadávia Corrêa".

Diz Vera Werneck: "Apesar da influência do positivismo depois de 1891, ao contrário do que se poderia esperar, a força da cultura de cunho Jurídico e Humanístico era tão grande que se abriram oito faculdades de Direito nos primeiros 20 anos da República para três de Engenharia, uma de Medicina Veterinária, uma de Agricultura e o Instituto de Química do Rio de Janeiro".

Os positivistas se colocaram todo o tempo contra a idéia de criação de Universidade. Entendiam que juntar ensino positivo com ensino metafísico não era possível.

Sem dúvida, a década de 1920 foi marcada por um momento de grande ebulição na educação no Brasil. Muito discutiu-se a respeito. Não se desejava uma Universidade que desse ênfase a formação de elites. Dessa forma esquecendo a pesquisa.

Nesse espírito de debates, percebia-se que havia o desejo de fazer um ensino baseado num sistema educacional que daria ênfase à educação básica e, ao mesmo tempo, formaria um todo articulado que iria do ensino primário ao superior. Era unânime a idéia de que, modificando a educação, iria modificar-se a sociedade. E isto estaria sob a responsabilidade do Governo Federal.

Três foram os pontos que contribuíram especialmente para que os debates se solidificassem: 1.º) A fundação da ABE, Associação Brasileira de Educação, em 1924; 2.º) O inquérito feito pelo jornal "O Estado de São Paulo" e efetivado por Fernando de Azevedo em 1926; 3.º) E, finalmente, as reformas educacionais realizadas na década de 20.

A ABE envidou esforços no sentido de promover debates em todo o país e realizou um questionário que foi elaborado pela Seção de Ensino Técnico e Superior com vista a chegar a um consenso sobre a idéia de Universidade. Outra iniciativa que a ABE tomou foi no sentido de promover todos os anos, Conferências Nacionais de Educação, nas quais o tema Universidade chegou a merecer lugar de destaque.

Creusa Capalbo em seu artigo intitulado: "As Raízes Históricas da Filosofia da Educação no Brasil", diz: "O movimento visando a reforma do ensino tem o seu primeiro impulso na reforma de 1920, empreendido por Antônio Sampaio Dória, na instituição pública de São Paulo, que combate os velhos métodos e técnicas do ensino. Surgem nomes como Lourenço Filho que em 1924 procura organizar o ensino primário no Ceará, Anísio Teixeira, na Bahia, Carneiro Leão no Rio, Francisco Campos e Mario Cassanta em Minas em 1927. A esse movimento de idéias novas, vem juntar-se o inquérito sobre instituição pública em São Paulo, realizado por Fernando de Azevedo em 1926, visando não só a modernização das técnicas e métodos de ensino, mas que antecipe as necessidades do país em mudança, isto é, a passagem para a civilização de tipo industrial e de uma democracia social e econômica".

Em 1931, logo após o fim da República Velha, o Centro D. Vital de São Paulo publica debates pedagógicos e do Padre Leonel França, Ensino Religioso e Ensino Leigo, todos criticando o pensamento da Escola Novista.

É aí que surge em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, onde são lançadas "as diretrizes de uma política escolar inspirada em ideais pedagógicos e sociais e planejada para uma civilização urbana industrial".

Os objetivos dos pioneiros era de fato novo, entretanto mostravam seu cunho nitidamente socializante. Suas idéias alicerçavam-se na tese de que a escola deveria ser gratuita, leiga, obrigatória, sem distinção de cor e sexo que a democracia se faz via educação e que essa educação deve ser adaptada às características regionais do Brasil.

Em 1934, assistimos a Assembléia Nacional Constituinte, colocar na Constituição um capítulo específico sobre educação, regulando a gratuidade do ensino no país.

Em 1935, o então Secretário de Educação Anísio Teixeira cria A universidade do Distrito Federal. Sua estruturação é diferenciada das demais, uma vez que não tem nenhuma faculdade com cunho profissional. Ela conjugava quatro faculdades e um instituto (Faculdade de Filosofia e Letras, Faculdade de Ciência, Faculdade de Economia e Direito, Faculdade de Educação e o Instituto de Artes).

Segundo Paim, o intuito da UDF era alcançar os seguintes objetivos: a) "promover estudo e cultura para o aperfeiçoamento da comunidade brasileiros;

b) encorajar pesquisa científica, literária e artística;

c) propagar aquisições da ciência e das artes pelo ensino regular de suas escolas;

d) promover a formação de magistério em vários graus."

Em 22 de junho de 1935, fêz-se o primeiro Vestibular da UDF e seus cursos trazem uma nova imagem que não é a antiga veia utilitarista do saber.

O nível do curso era muito alto, contava o corpo docente com professores que vieram do exterior e criaram laboratórios para experiências e faziam excursões de cunho científico. A experiência da UDF era inédita. Não havia nada de semelhante no país. Criava-se o homem voltado para o saber e para a pesquisa.

A UDF formava pesquisadores que passaram a trabalhar nas instituições existentes. Inicia-se a criação de uma pleidade de cientistas formados pela UDF. Entretanto o Estado Novo ameaçado com a UDF vai fechá-la em 1939.

A USP, Universidade foi criada em 1933 pelo governador Armando de Salles de Oliveira, à época interventor do Estado de São Paulo. Ampla em sua proposta era responsável por todos os ramos do saber, visava sobre tudo a promover o ensino das disciplinas humanistas, através da pesquisa científica e de altos estudos.

Segundo Maria de Lurdes Fávero a USP nasceu com um caráter político explícito, pois se atentarmos que a criação dessa Universidade vai coincidir com um momento de crise das oligarquias paulistas, acentuada entre a revolução constitucionalista de 32 e o Estado Novo. Afinal, essa revolução foi para as classes paulistas o sinal de alerta para a falta de quadros culturais e políticos. Nasce com a missão de formar uma elite dirigente com conhecimentos científicos.

Segundo o depoimento de alguns fundadores da liga feita em 1952 seus objetivos eram os seguintes:

- a) a compreensão do que deveria ser uma Universidade e a função integradora da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras;
- b) a organização de um Centro de Altos Estudo;
- c) Autonomia Universitária.

Na realidade, a grande novidade da USP foi colocar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como célula mater da Universidade e retirando dela o ranço profissionalizante. Em 1938 tornou-se mais uma escola de caráter profissionalizante.

O ensino técnico-profissional foi implantado com a Constituição de 1937. Em 1942, foi regulamentado o ensino industrial, em 1943 o ensino comercial, em 1946 o ensino normal.

A partir de 1930, cria-se uma mentalidade tecnocrata que elabora leis, regulamentos, portarias, criando órgãos quer de controle, quer executores.

Em 1938, é criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e, em 1944, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

Segundo Antonio Paim, é depois do Estado Novo que se substitui a política pela técnica. Foi o empenho de equacionar os problemas políticos em termos técnicos que levaria Getúlio Vargas a dar ao Estado a atribuição de interferir nos problemas educacionais.

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo passa a acelerar a tecnologia e o desenvolvimento, no final da década de 1940. Tais tecnologias chegam ao país e a partir daí, vai se precisar de uma cultura Universitária voltada para o desenvolvimento técnico. Não é mais possível criar cidadão para atender o aparelhamento burocrático do país. Há que se fazer ciência na Universidade. Enquanto nos Estados Unidos pouco se faz de desenvolvimento científico e de descobertas na Universidade, pois foi deslocado para o Centro de Altos Estudos e para as próprias indústrias a pesquisa no Brasil é ainda na Universidade que se fizeram as descobertas científicas.

Desse modo, o que apareceu no ano de 1950 toma forma definitiva nos anos de 1960 quando se verifica um descredito nos estudos humanísticos tradicionais (Grego, Latim, Filosofia, Francês).

Demerval Saviani nos diz que, a partir dos anos 50/60 no que diz respeito à cultura universitária letrada e jurídica, é esta: "preserva-se e sistematiza-se a técnica da análise formal textual, ou "imaneente", mas abandona-se o pressuposto da normatividade na medida em que se concede mais faro especial a qualquer formação histórico-cultural determinada. E se privilégio se concede será ao dos modos absolutamente contemporâneos de expressão letrada estática, moral e religiosa".

Segundo Rouanet, "a melhor forma de o Estado liberal manter sua dominação era manter a cultura tradicional brasileira, a inimiga principal, uma cultura alienada, colonizada por idéias estrangeiras dominada por desembargadores que citavam Anatole e por professores de Português que citavam Rui Barbosa. Ele era

o símbolo do Brasil que queríamos mudar; um Brasil Beletrista, mais preocupado com a crase que com a crise e cujo nacionalismo se manifestava mais no ódio ao falicismo do que na defesa da Petrobrás".

Continua Rouanet, "Esse Brasil formalista, cartorial, forense, antimoderno de algum modo estava associado ao conceito de "Humanidades".

Elas simbolizavam tudo isso: Uma cultura livreira, uma pedagogia de tudo que ensinava a declinar latim, sonetos de Olavo Bilac, ou estudar Filosofia nas confidências do Padre Leonel França. Rejeitávamos isso, não porque sejamos necessariamente incultos (muitos sabiam Sartre, Hegel,) mas porque uma educação assim concebida não podia formar os "recursos humanos" necessários para o nosso desenvolvimento".

Precisávamos de químicos industriais e engenheiros eletrônicos e não latinistas, essa era a síntese de nossa oposição às humanidades.

Antonio Paim nos diz que em 1952 foi criado o BNDE, dando início ao estabelecimento de normas de atuação no conjunto da administração tradicional. O essencial corresponde ao empenho de submeter certos órgãos públicos a regime de projeto, isto é, ao imperativo de consubstância dos propósitos a planos num documento que leve em conta as exigências do mercado, compondo adequadamente as fontes de recurso a mobilizar e assegurar o retorno do investimento. A aplicação conseqüente desse conjunto de princípios iria a levar essa preferência à gestão empresarial. Criam-se então diversas empresas. O importante a destacar é que no seio destas algumas tiveram a possibilidade de alcançar a vitalidade do novo segmento em emergência, mesmo quando a componente modernizadora desapareceu sob Goulart.

Finalmente, o novo estilo ganharia uma outra componente através do programa de metas do Governo Kubitscheck. Embora se tratasse de metas isoladas, dos transportes da energia de base. O BNDE, era na prática o gestor do programa. Teria a oportunidade de testar a aprovar este programa e aprimorar novas técnicas nos setores essenciais da economia brasileira. Tratava-se de uma etapa

prévia e inelutável, seguida por uma ação modernizadora global e interna.

A essa fase desenvolvimentista de Juscelino, feita pelos tecnocratas, segue-se o Governo de João Goulart que optou por fazer reformas de base. Ora essas reformas tomaram cunho político e acabaram numa grande movimentação social e geraram das partes dos estamentos tradicionais uma revolta que culminou com a revolução de 64.

A revolução de 64 traz em seu bojo toda uma mentalidade Técnico-cientificista. Formar técnicos é o mais importante para o país, para o seu desenvolvimento, e assim, desse modo, com um congresso repleto de membros da ARENA, passa a lei 5.692, a qual legitimou o ensino profissionalizante no país e extirpou o ensino das humanidades.

O projeto modernizador da revolução de 64 somente logrou sucesso graças ao grande número de membros da elite técnica que se formou na década de 50.

Isso levou a universidade brasileira a ser filha da lei 5540/68, onde apesar do poder centralizador de uma reitoria, vê-se todo o ensino voltado a dar vagas, abrir espaços, se aperfeiçoar, investir e pesquisar não mais nas humanidades, mas sim nas Universidades profissionalizante. Na Universidade que cria os técnicos, os burocratas para atender os sistema desenvolvimentista. Os valores clássicos e tradicionais da Universidade são revestidos de Novos Valores e Novos Enfoques.

Rouanet dá quatro razões para que mantivéssemos as humanidades nos currículos acadêmicos:

1º) o cultivo das humanidades constitui uma contravenção necessária à depressão da cultura tecnológica entre nós, lembra ele que o humanismo viveu sempre bem com a técnica. A renascença foi a época das humanidades, mas também de um grande progresso científico e tecnológico. Em 2º lugar: o manejo das humanidades torna o espírito infinitivamente mais versátil. Entre as várias especialidades, numa sociedade generalista capaz de estabelecer inter-relações entre várias áreas do saber. Num fragmento cada vez

mais pela divisão do trabalho, em que cada um de nós conhece uma, a figura generalista, aparece como indispensável. A defesa da humanidade, longe de representar uma fuga para o passado, acaba se revelando parte do projeto moderno e conciliável com o desenvolvimento do país. Em 3º lugar: O cultivo das humanidades por contribuir para o hábito os pensamentos crítico, sem o qual nossa jovem democracia não poderia sustentar-se. Em 4º lugar: as humanidades para uma fonte de prazer. Seria uma parte cultural desinteressada.

Tudo isso, entretanto, com a revolução de 1964 tomou outro rumo. Criaram-se muitas vagas para as faculdades de química, engenharia, física. O latim, o francês foram abolidos. A História Geral e a Geografia Geral, foram substituídas por Estudos Sociais e o latim terminou. Mas terminou também com o fim das humanidades o pensamento crítico e a reflexão.

Rouanet constata em seguida que "o fim da literatura foi o empobrecimento do imaginário, que não mais se podia fantasiar um futuro situado além do existente. O fim do latim e do francês significou o fim do instrumento que com todos os defeitos do ensino tradicional comportavam perspectivas de evasão e transcendência: fuga temporal em direção ao nosso passado cultural mais remoto, ou fuga espacial em direção a outro universo que não o da cultura anglo-saxônica dominante.

O Brasil inteiro fazia vestibular com testes de múltipla escolha, gostava de futebol, jogava loteria esportiva, torcia por Fitipaldi e vivia mergulhado numa ignorância enciclopédica.

A cultura que queríamos destruir era frívola e ornamental, acadêmica e elitista, eurocêntrica e alienada, mas nela pulsavam memória e esperanças, que se extinguíram quando foi arrasada pela tecnocracia triunfante.

No Brasil dos anos 70 não havia mais pessoas alienadas; só havia conformistas esquizóides."

"As humanidades não são elitistas e é a política que as banuiu das escolas secundárias substituindo-as por um ensino vocacional cujo principal objetivo é encaminhar para o mercado de

trabalho as crianças de renda baixa, impedindo o seu acesso às universidades públicas, deslocando-as para as Universidades pagas; elitista é a política que, a pretexto de não sujeitar a criança a um saber alienado, deixa-a mergulhada numa pseudo-cultura espontânea que em sua pobreza e indiferenciação bloqueia qualquer reflexão emancipatória e nesse sentido é a principal aliada da oligarquia. No Brasil democrático que começaria a construir chegou o momento de reinventar as humanidades".

Com as humanidades a universidade brasileira estaria fazendo a formação integral do homem, atendendo a apelo do seu próprio Universitas. Tirar o homem da idéia de especialização seria importante, tirá-lo das idéias científicas também é importante. Colocá-lo numa interrelação com a universidade dos pensamentos e conhecimentos só o fará crescer culturalmente.